

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 720 - Brasília, segunda-feira, 29 de junho de 1998



Entre as mudanças na LDO, que o Congresso analisa nesta semana, está a obrigatoriedade de um demonstrativo da execução de obras com valor superior a R\$ 3 milhões

Congresso votará nesta semana LDO para 1999

Substitutivo elaborado pelo senador Ney Suassuna, presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, procura resguardar as prerrogativas constitucionais do Legislativo e dotá-lo de instrumentos para o controle de gastos federais



O Congresso Nacional votará nesta semana substitutivo do senador Ney Suassuna ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1999. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Suassuna promoveu alterações no texto enviado pelo Poder Executivo, desti-

nadas a garantir o controle externo da gestão dos gastos públicos federais. De acordo com o substitutivo, o projeto de Orçamento Geral da União para o próximo ano deverá incluir demonstrativo de execução física e financeira de obras cujo custo estimado seja superior a R\$ 3 milhões. **Página 3**

Orçamento participativo em pauta na CAE

O projeto de criação do orçamento participativo, de autoria do senador Pedro Simon, volta amanhã a ser examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Página 3**

Jucá quer ampliar prazo da Lei Camata

O senador Romero Jucá defendeu projeto que amplia o prazo - previsto na Lei Camata - para que estados e municípios reduzam a 60% das receitas os gastos com pessoal. **Página 2**

CCJ discute cooperativas

PÁGINA 4

Os funcionários do Congresso e do TCU contarão com uma alternativa aos altos juros bancários, com a criação da Credilegis, sua cooperativa de economia mútua e crédito. As inscrições serão abertas logo após autorização do Banco Central. **Página 4**

Jucá quer ampliar prazo para ajuste de estados e municípios

O senador Romero Jucá (PFL-RR) pediu que as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acelerem a tramitação de projeto de lei de sua autoria que amplia o prazo para estados e municípios adequarem as despesas com pessoal a no máximo 60% das receitas.



Jucá tem projeto

Pela legislação em vigor, prefeitos e governadores têm prazo até dezembro deste ano para realizar a adequação de seus gastos com pessoal. De acordo com Jucá, du-

rante o período eleitoral a legislação proíbe a demissão de funcionários:

– Participamos de uma reunião com o ex-ministro Bresser Pereira e com a atual ministra da Administração e Reforma do Estado, Cláudia Costin, quando discutimos um projeto que, além de regulamentar a Lei Complementar nº 82, também prevê a ampliação em um ano do prazo para que prefeituras e estados se ajustem ao limite de 60% da receita para gastos com pessoal – revelou.

Na opinião do senador, é funda-

mental que o projeto seja aprovado no Senado e na Câmara dos Deputados até o final do ano.

PRÊMIO

Jucá também falou sobre a entrega, no dia 22, no Rio de Janeiro, do IV Prêmio Nacional de Segurança Social, patrocinado pelo Instituto Cultural de Segurança Social, em que foi um dos homenageados, junto com os governadores Tasso Jereissati (Ceará) e Jaime Lerner (Paraná), o deputado Luiz Gushiken, os empresários Antônio Ermírio de Moraes e Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, o ex-governador da Bahia Paulo Souto e a primeira-dama Ruth Cardoso.

Economia agora respeita ecologia, alerta Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) alertou que está longe o tempo em que se abraçava a tese do desenvolvimento a qualquer preço. Economia, agora, rima com ecologia, destacou, observando que a consciência ambiental, em escala planetária, criará cada vez



Lúcio Alcântara

mais obstáculos aos projetos de desenvolvimento que não venham

“casados com o adjetivo sustentável”.

A assimilação desse novo conceito, por empresários e governantes, é uma necessidade e exige mudança de mentalidade, acrescentou Lúcio Alcântara: “É o novo paradigma que empresas, governo e população necessitam aprender”.

Senado fará publicações em braile

Com a inauguração do Serviço de Publicações em Braile, hoje, às 10 horas, o Senado Federal torna-se o primeiro Parlamento do mundo a oferecer suas publicações para portadores de deficiência visual. A princípio serão impressos 500 exemplares da Constituição federal, para lançamento em agosto. Na segunda etapa, está prevista a produção em braile do Código de Defesa do

Consumidor e do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Serviço de Publicações em Braile promete ainda a edição dos códigos jurídicos brasileiros.

“O serviço vai trabalhar a partir de pedidos, já que não há estatísticas oficiais sobre o número de cegos no Brasil”, explica Paulo Brandão, coordenador do Serviço de Publicações em Braile.

Odair destaca presença da Fiat

A presença da Fiat no Brasil, que responde por 2,57% das exportações do país, foi comemorada pelo senador Odair Soares (PTB-RO), lembrando que há 45 anos o grupo italiano instalou-se em São Paulo, transformando-se, nesse tempo, em holding que reúne 14 empresas e uma fundação, com faturamento de R\$ 7,6 bilhões em 1997.

Segundo Odair, no início a Fiat

vendia apenas tratores importados. Hoje, participa da economia de 12 estados, abarcando fundição de ferro e alumínio, montagem de tratores e automóveis e produção de equipamentos telefônicos. A holding atua ainda na área de seguros e no mercado financeiro. A Fiat emprega 41 mil pessoas, resultando em 100 mil empregos indiretos.

Kleinübing fala de dívida pública

O projeto de resolução que estabelece regras para restringir o endividamento dos estados e municípios é o assunto da entrevista que vai ao ar hoje, pela TV Senado. O entrevistado é o relator da pro-

posta, senador Vilson Kleinübing (PFL-SC). No programa, que será transmitido às 7h, 9h30, 12h15 e 18h45, ele explica detalhadamente o teor do projeto e que benefícios trará ao erário público.

“Cidadania” debate seca

Os problemas decorrentes da seca no Nordeste e os saques promovidos pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) na região serão discutidos hoje no programa “Cidadania”, que vai ao ar às 8h,

13h15 e 19h30, pela TV Senado. Foram convidados para o debate o senador Leonel Paiva (PFL-DF) e o secretário-geral da CNBB, dom Raimundo Damasceno.

Agenda

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: “Quarto dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 6 e 11/98. “Requerimento nº 401/98, de autoria do senador José Bianco, solicitando a prejudicialidade dos PLSs nºs 15, 17, 50 e 112/96; 177 e 197/97, e PLC nº 114/95, que dispõem sobre planos de saúde, em virtude da aprovação do PLS nº 93/93, que versa sobre a mesma matéria, e “Requerimento nº 409/98, de autoria do senador José Eduardo Dutra, solicitando o desamparamento dos PLCs nºs 32/92 e 41/94, para tramitarem separadamente dos PLCs nºs 17/93, 60/94, 32/95, e 104/97”

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (30.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: “Quinto e último dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 6 e 11/98. “Requerimento nº 401/98, de autoria do senador José Bianco, solicitando a prejudicialidade dos PLSs nºs 15, 17, 50 e 112/96; 177 e 197/97, e PLC nº 114/95, que dispõem sobre planos de saúde, em virtude da aprovação do PLS nº 93/93, que versa sobre a mesma matéria, e “Requerimento nº 409/98, de autoria do senador José Eduardo Dutra, solicitando o desamparamento dos PLCs nºs 32/92 e 41/94, para tramitarem separadamente dos PLCs nºs 17/93, 60/94, 32/95, e 104/97”

Quarta-feira (01.7.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: “PLS nº 77/98-Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada da Grande Teresina e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Teresina, no estado do Piauí”

Quinta-feira (02.7.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

COMISSÕES

Terça-feira (30.6.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: “Emenda de plano oferecida ao PLS nº 20/96, que dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário, “Diversos” nº 13/98, que solicita a liberação do montante de 140.303 Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo, custodiadas no CETIP, bloqueadas temporariamente através de solicitação da CFI dos títulos públicos; e “Ofício S” nº 52/98, que encaminha ao Senado solicitação do governo do estado de Mato Grosso do Sul a respeito do Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, celebrado com a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$903.660.059,21. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa”

Terça-feira (30.6.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: “PEC nº 52/95, que suprime o § 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros, na assistência à saúde no país; “PEC nº 25/96, que inclui o art. 74 no Ato das Disposições Transitórias, referente a plebiscito em 1998, quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos; “PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; “PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; “PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; “PLS nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento - Conade; “PLS nº 52/95, que cria a Secretaria Federal de Controle Interno como órgão vinculado à Presidência da República; “PLS nº 171/96, que estabelece normas de acesso ao Sisa e a outros sistemas de informações de órgãos públicos; “PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa”

Quarta-feira (01.7.98)

10h - Comissão de Educação
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: “PLC nº 12/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes; “PLC nº 61/97, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; “PLS nº 110/95 (terminativo), que cria, nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; “PLS nº 147/96 (terminativo), que fixa critérios para aplicação dos recursos do crédito educacional; “PLS nº 263/95 (terminativo), que dispõe sobre a educação a distância; “PLS nº 234/97 (terminativo), que inscreve os nomes de João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Torres, líderes da Coorquação Baiana de 1798, no Livro dos Heróis da Pátria; “PLS nº 127/96, que dispõe sobre a unificação dos vestibulares nas universidades federais; “PDL nº 38/98, que renova concessão à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. de São Vicente-SP; “PDL nº 34/98, que renova concessão à Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativa de São Paulo-SP; “PDL 124/95, que renova a permissão à Rádio Terra FM da cidade de Goiânia-GO; “PDL nº 66/98, que aprova o ato que renova concessão à Rádio Mirador Ltda. da cidade de Rio do Sul-SC; “PDL nº 54/95, que aprova permissão à Rádio FM Canavial Ltda. da cidade de Redenção-CE; “PDL nº 39/98, que renova a concessão da Rádio Guararara de São José-SC; e “PDL nº 36/98, que aprova permissão à Rádio Cidade Estéreo Show Ltda. de São José do Rio Preto-SP. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa”

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Halival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djálba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

CAE discute emenda do orçamento participativo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresenta amanhã à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) parecer contrário à emenda de plênário encaminhada pelo senador Romero Jucá (PFL-RR) ao projeto de lei que estabelece regras para a participação popular no processo orçamentário, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS).



Simon: mudança

A principal mudança criada na emenda apresentada pelo senador Romero Jucá estabelece que a apresentação da sociedade, no âmbito nacional, será definida em "ato próprio do Congresso Nacional".

O relator prefere o texto original, segundo o qual "a forma de implementar e assegurar a operacionalização do orçamento participativo deve ser estabelecida em leis aprovadas nas respectivas esferas de influência federal, estadual e municipal".

Congresso Nacional vota LDO nesta semana

Substitutivo do senador Ney Suassuna estabelece novas exigências para a apresentação da Lei do Orçamento Geral da União

O Congresso Nacional reúne-se nesta semana para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 1999. Em dia ainda a ser determinado, o plenário irá apreciar substitutivo, de autoria do presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), à proposta do Executivo.

O substitutivo deverá ir diretamente ao plenário do Congresso e, conforme Suassuna, contém várias alterações ao projeto original. Elas procuram resguardar as prerrogativas constitucionais do Congresso e dotar o Legislativo de instrumentos normativo-operacionais para o pleno exercício do controle externo da gestão dos gastos federais, sem tolher a ação do Poder Executivo.

Entre as principais alterações propostas por Suassuna ao projeto original do governo, estão o reconhecimento explícito de que a LDO também fixará as normas de execução orçamentária da União e a exigência de apresentação de demonstrativos julgados essenciais para que o Legislativo analise a proposta de orçamento para 1999.

Assim, pelo substitutivo a ser apreciado, o projeto de lei do Orçamento Geral da União para 1999, a ser en-

caminhado ao Legislativo até o final de agosto, deverá conter também os seguintes demonstrativos: execução física e financeira de obras, paralisadas ou não, cujo custo estimado seja superior a R\$ 3 milhões, com dados do custo total atualizado, custo estimado para conclusão e etapa em que se encontram as obras; custos unitários médios utilizados na proposta orçamentária do governo; critérios de



Suassuna é o relator

regionalização utilizados; receitas diretamente arrecadadas; impacto, para o Tesouro Nacional, da securitização das dívidas agrícolas, do Proer e da federalização das dívidas estaduais e municipais; uso dos recursos oriundos da privatização no abatimento da dívida pública federal; compatibilidade da proposta de orçamento com a LDO e o Plano Plurianual (PPA).

Proposta de Odacir muda Lei de Diretrizes Orçamentárias

O senador Odacir Soares (PTB-RO) quer que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabeleça a previsão dos resultados nominal e primário a serem atingidos pelo governo federal, assim como a política de fomento das empresas públicas e de economia mista, de forma regionalizada. Ele apresentou proposta de emenda constitucional nesse sentido, pedindo o apoio do

plenário para a sua aprovação.

Dizendo-se preocupado em garantir o conhecimento global das finanças do Estado, o senador argumenta que o atual texto constitucional propicia ao legislador panorama ainda restrito da economia do setor público, insuficiente para avaliação a respeito desses números. Daí a sua intenção de inserir na LDO a exigência de mais informações.

Senado irá apreciar efetivação de servidores

O plenário do Senado discutirá hoje e amanhã proposta de emenda constitucional, de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que permite a efetivação como servidor público, sem concurso, de todos os funcionários de empresas estatais cedidos à administração direta nos últimos 10 anos. Caso não receba emendas, o projeto poderá ser votado, em primeiro turno, nesta terça-feira.

Ao justificar sua proposta, Arruda informa que o Tribunal de Contas da União já pediu ao governo que resolva a situação de milhares de empregados de empresas públicas cedidos à administração direta. Só no Ministério da Fazenda trabalham 4 mil funcionários contratados pelo Serpro. Uma parte foi contratada, segundo Arruda, nos períodos em que estavam suspensos os concursos públicos. Com o tempo, eles perderam o vínculo com a empresa à qual estão vinculados, mas trabalham como servidores públicos comuns. Se for aprovada a emenda constitucional, acrescenta o senador, a efetivação de tais empregados "não acarretaria nenhum ônus adicional aos cofres públicos".

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) sobre o desequilíbrio das contas públicas de estados e municípios
- 8h - "Cidadania" - com a participação do senador Leonel Paiva (PFL-DF) e do secretário-geral da CNBB, Dom Raimundo Damasceno sobre o problema da seca no Nordeste
- 9h30 - Entrevista com o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) sobre o desequilíbrio das contas públicas de estados e municípios
- 10h - Palestra sobre o lançamento do "Manual do Candidato"
- 12h15 - Entrevista com o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) sobre o desequilíbrio das contas públicas de estados e municípios
- 13h15 - "Cidadania" - com a participação do senador Leonel Paiva (PFL-DF) e do secretário-geral da CNBB, Dom

- Raimundo Damasceno sobre o problema da seca no Nordeste
- 14h30 - Sessão plenária deliberativa (vivo) - quarto dia de discussão das propostas que regularizam a situação dos funcionários públicos que prestam serviços para órgãos da administração direta
- 18h45 - Entrevista com o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) sobre o desequilíbrio das contas públicas de estados e municípios
- 19h30 - "Cidadania" - com a participação do senador Leonel Paiva (PF-DF) e do secretário-geral da CNBB, Dom Raimundo Damasceno sobre o problema da seca no Nordeste
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - "Mulheres em Debate" sobre as doenças sexualmente transmissíveis
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"

- 2h30 - "Fala Cidadão"
- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

- 7h30 - Jornal do Senado (1ª edição)
- 13h30 - Jornal do Senado (2ª edição)
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - Jornal do Senado (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até às 7h30

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

- Satélite - B1 ■ Transponder - 1 BE (Banda Estendida), ■ Polarização: Vertical
- Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz ■ Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 hz
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz ■ Antena - 3,6 m LNB - Temperatura 25 K (Amplificador de Baixo Ruído) ■ Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S Integrated Receiver/Decoder (IRD) Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)
- Forneccor: COMSAT - Fone (019) 772 9600 ■ Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Como sintonizar a Rádio Senado FM no sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários: antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo), banda C; receptor ABR 200, ComStream; LBN DRO ComStream; 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F.

Informações técnicas: frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz; satélite: Brasilsat B2; Polarização: Vertical (RX); Modo: Joint-Stereo; Taxa: 128 Kbps-BPSK; Programação ABR: CC.1,11465600,256000,0FD 1,17,17

Comissão examina amanhã substitutivo de Ignácio a projeto de Suplicy que adapta legislação em vigor ao preceito constitucional, contrário à interferência do governo

CCJ pode acabar com tutela do Estado sobre cooperativas



Fogaça: tratamento especial

Fogaça quer isentar as transações entre associados

Projeto de lei apresentado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) isenta da cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e de Imposto de Renda as transações entre sócios de cooperativas ou entre a cooperativa e seus associados. O projeto, com 105 artigos, regulamenta o funcionamento das cooperativas no Brasil com base na Constituição de 88, quando se decidiu que o Estado deve incentivar e apoiar o trabalho cooperativado.

— A legislação atual não oferece qualquer tratamento especial ao trabalho cooperado, o que será possível se o projeto for aprovado. Além disso, deixa bem claro que não se pode tributar o ato cooperado, aquele feito entre associados e a cooperativa — afirma Fogaça.

A proposta mantém a impossibilidade de se pedir falência de cooperativas, que só poderão ser objeto de moratória ou dissolução. Pela primeira vez, permite que os dirigentes de cooperativas sejam responsabilizados com base nos códigos Civil e Penal por perdas do trabalho cooperativado.

Pelo projeto de Fogaça, não haverá vínculo empregatício entre a cooperativa e seus sócios. Assim, ele pretende colocar fim a uma polêmica que vem sendo decidida nas últimas décadas por juízes trabalhistas.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá examinar amanhã projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que adequa à Constituição a lei sobre cooperativas. Conforme o preceito constitucional, a criação de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal, enquanto a legislação parcialmente vigente prevê a tutela sobre o sistema cooperativista.

Mesmo considerando que a proposta de Suplicy "trata a matéria de maneira apropriada", o relator José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) optou por apresentar um substitutivo. Ele diverge da definição do autor do projeto no que se refere ao ato cooperativo, assim como às possibilidades de abertura de capital pelas cooperativas e, ainda, à forma de representação dessas instituições.

José Ignácio adotou as propostas da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) para elaborar seu parecer. Enquanto Suplicy entende por ato cooperativo aquele praticado entre a cooperativa e seu sócio, ou entre cooperativas associadas, na realização de trabalhos, serviços ou operações que constituam o seu objeto social, o relator defende



Suplicy: atualização da lei

que o ato cooperativo comporta negócios auxiliares ou meios considerados indispensáveis à consecução do objetivo social.

No primeiro caso, por se tratar de uma associação voluntária voltada à prestação de serviços, sem finalidade de lucro, o ato cooperativo não seria passível de tributação, conforme a prática atual. Por sua vez, ao assimilar os conceitos adotados pela OCB, o relator defende a possibilidade de a cooperativa abrir seu capital, tal como as empresas capitalistas o fazem. Essa abertura de capital seria feita através de emissão, autorizada por assembleia geral, de certificados de aporte de capital.

Tratam-se, segundo José Ignácio, de modificações defendidas pelo sistema cooperativista nacional. Para tal abertura — uma espécie de privatização dessas instituições —, ele esclarece que os compradores dos certificados

não ganhariam a condição de associado, mas apenas uma remuneração, fixa ou percentual, dos ganhos que o negócio objeto da emissão viesse a conceder. O substitutivo também é favorável à criação de contratos de parceria, nos quais as formas de gestão e o rateio dos resultados seriam previamente acordados entre a cooperativa e seus parceiros.

Outra diferença entre o projeto original e o substitutivo refere-se às formas de representação cooperativista. As cooperativas, entende Suplicy, poderiam organizar-se em quantas entidades representativas desejassem. Já o substitutivo opta por manter na lei o princípio da unicidade de representação, ou seja, apenas uma organização nacional de cooperativas e apenas uma representação do cooperativismo em cada estado.

De acordo com o senador Suplicy, dentre os principais tipos de cooperativas que existem hoje no Brasil, destacam-se as de produção, crédito, consumo, trabalho, habitação, eletrificação rural, irrigação, escolares, pesca e serviços. Atualmente existem cerca de 4 mil cooperativas no Brasil, das quais não menos de 3 mil situam-se no meio rural.



Requião

Dutra

Fim da unicidade sindical está na pauta

Uma pauta extensa, que deverá incluir proposta de emenda à Constituição sobre o fim da unicidade sindical, será examinada pela CCJ na reunião de amanhã, a partir das 10h. De iniciativa do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a emenda teve parecer contrário do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que vê o movimento sindical brasileiro dividido quanto à alteração pretendida.

Dutra pondera que a Constituição ficou defasada em relação à organização sindical, sendo necessária a adoção de um modelo "mais flexível e adequado à moderna relação capital-trabalho". Na sua opinião, essa é a aspiração da maioria dos sindicatos.

— Um movimento sindical solidamente instituído e co-responsável socialmente não pode conviver com estruturas herdadas do fascismo; é de fundamental importância para as organizações sindicais a adoção da pluralidade e a sua liberdade de associação — argumenta.

O relator Roberto Requião, entretanto, discorda. No seu entender, a proposta resultaria na "pulverização da atual estrutura sindical".

— No mundo globalizado em que estamos vivendo é cada vez mais forte a concentração econômica e a aglutinação do capital em torno de seus interesses mais imediatos, que excluem os interesses e direitos dos trabalhadores — pondera Requião.

FACTORING

Outra matéria que poderá ser colocada em pauta é o projeto do senador José Fogaça (PMDB-RS) que disciplina a atividade de fomento mercantil - factoring -, atualmente praticada sem regulamentação. O projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na forma de substitutivo, e será apreciado terminativamente pela CCJ.

Servidores do Congresso e do TCU criam sua cooperativa de crédito

Os servidores do Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados e Senado Federal poderão livrar-se dos altos juros bancários, juntando forças e economias na Cooperativa de Economia Mútua e Crédito dos Servidores do Poder Legislativo Federal (Credilegis), criada no último dia 25 de junho. Segundo o presidente do Conselho de Supervisão da Credilegis, Fernando Leite, "a grande vantagem da cooperativa é baratear o dinheiro". Sem recursos públicos e contando apenas com o capital dos associados, a Credilegis está esperando somente a autorização do Banco Central (45 a 90 dias) para abrir inscrições aos servidores que desejarem a ela associar-se.



O esquema de funcionamento da cooperativa é debatido pelos servidores

Esse tipo de cooperativa, explicou Fernando Leite, capta recursos com os associados e aplica no mercado financeiro. Além de fazer poupança, eles podem obter financiamento com taxas de juros que chegam a ser 50% menores do que as praticadas pelos bancos. A Credilegis também atuará em conjunto com o

Bancoop, um banco que une todas as cooperativas do Brasil.

Todas as decisões relativas ao uso que será dado ao dinheiro dos associados serão tomadas em assembleia geral. Mensalmente, a Credilegis emitirá balancetes que serão fiscalizados pelo Banco Central, por um conselho fiscal e pelos próprios associados.